

**ATA DA QUINTA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROCESSO DE REVISÃO DO
PLANO DIRETOR DE PIRAPORA (MG), REALIZADA EM 19 DE
FEVEREIRO DE 2025**

Ao décimo nono dia do mês de fevereiro de 2025 (19/02/2025), às dezenove horas e dezesseis minutos (19:16), reuniram-se no Centro de Convenções José Geraldo Honorato Vieira, localizado na Avenida Salmeron, 91, Centro, Pirapora-MG, de forma presencial, cento e dezesseis pessoas, conforme lista de presença. Na abertura do evento o Secretário Municipal de Planejamento e Presidente do COMPUR, Plínio Geraldo Pinto de Oliveira, inicia as falas *“Boa noite a todos. Me chamo Plínio e estou aqui como presidente do COMPUR e Secretário de Planejamento de Pirapora. Gostaria de agradecer a presença de todos. Hoje vamos iniciar a nossa última Audiência Pública no que tange ao Plano Diretor de Pirapora. Vou adiantar para vocês que posterior ao Plano Diretor, a gente vai fazer uma atualização de todas as leis complementares, lei de parcelamento do solo. Para que a gente possa colocar Pirapora, na vanguarda em termos de legislação e em termos de regramentos. Gostaria de chamar na frente o Secretário de Governo, Hélio, ele vai dar as boas-vindas em nome do Sr. Prefeito para todos vocês”*. A seguir o Secretário Municipal de Governo, **Hélio de Oliveira Mendonça Júnior**, inicia sua fala *“Pessoal, boa noite. Vou fazer um pedido, vou chegar para a frente, por favor. Aproximar mais. Pessoal, boa noite. Meu nome é Hélio Junior, sou Secretário de Governo, quero trazer aqui as boas-vindas ao nosso prefeito Alex César, e o nosso Vice Maurisim deve estar chegando, vai participar é mais uma vez. Mais uma vez queria agradecer ao Professor Marcos. Nós estamos acompanhando esse trabalho desde o primeiro momento, né? Nós percebemos aí que nessa parceria, uma das maiores virtudes, é a transparência e a transparência das informações. E a participação de todos também durante todo esse percurso. Hoje nós fizemos a quinta audiência. É de extrema importância do Plano Diretor para o desenvolvimento da nossa cidade, para todos os setores. E a participação popular, ela de maior é importância ainda. Então, parabéns a todos vocês que dedicaram esse tempo, em vir nessa audiência e nas anteriores também. É importante participar, os alunos são todos vocês estão aqui e que nós possamos ter esse plano diretor da melhor forma, e deixarmos nossa cidade cada vez mais atrativa e com mais condições de desenvolvimento. Parabéns, Plínio. A Secretaria de Planejamento está conduzindo com maestria esse trabalho, porque não é só aqui nas audiências não. Nos bastidores, as coisas acontecem. É com muito trabalho. Então parabéns a todos vocês. Queria cumprimentar nosso Vereador, Antônio Marcelo, presente aqui também, representando a Câmara de Vereadores. Obrigado a todos”*. Em sequência o Professor, **Marcos Esdras**, inicia sua fala *“Boa noite para todos e todas. Mais uma vez é uma satisfação participar com vocês dessa discussão. Iniciamos esse trabalho ainda lá no mês de agosto. E o mote do plano diretor é a participação popular. Então, isso nós, tanto na reunião do COMPUR, quanto juntamente ao executivo, ao prefeito, ao vice-prefeito, aos secretários, ao Hélio que tem acompanhado todas as nossas audiências. O Antônio Marcelo, representando a Câmara de Vereadores. O processo tem sido esse, de ouvir a população literalmente, que a população coloca é transcrito e publicado. E está disponível site eletrônico. Qualquer discordância, senhores, que a senhora e que as senhoritas tiverem, pode lá entrar em contato com nossa equipe. A gente faz a retificação e assume a falha. O ponto que eu quero destacar é que tem sido altamente participativo, tanto por meio das audiências públicas. Momento igual a esse. Nós temos um público seletivo. Que tem uma preocupação com a cidade. De como a cidade tem sido ocupada? Qual perspectiva de cidade? Qual cidade eu quero para hoje, para amanhã? Quais os problemas do passado? Que eu não quero que se repitam. Então essa é a ideia do plano*

diretor, Thomas apresentar todas as opções, né? Então, essa é a ideia do Plano Diretor. Então ao longo desse tempo, temos apresentado algumas discussões. Com a participação popular, de forma presencial e virtual. E nós avançamos muito e tem algumas questões que têm sido tratadas, por exemplo, no COMPUR. Então, só para deixar claro isso. Vocês têm conselho aqui em Pirapora. O Conselho Municipal de Política Urbana. Com representantes da sociedade civil. A reunião acontece todas as terças-feiras, as 9 horas da manhã, lá na praça da estação. Então tenho que a Vivian que é secretária, tem o Plínio que o Secretário de Planejamento, que preside esse Conselho. Dentro desse Conselho foi eleito o Núcleo Gestor, do Plano Diretor. Então, o plano diretor quem define quem dá na última palavra, quem delibera, não é nós da Unimontes e FADENOR. Não é o Secretário de Planejamento, o Secretário de Governo ou o Perfeito. A instância máxima é o núcleo gestor, que tem representantes do Instituto Federal, da Unimontes, do SAAE, das Secretarias diversas, do CREA, CAU. Pessoas com experiência com Plano Diretores, com gestão Pública. A representante das associações de moradores, que possui voz ativa. Os representantes do CODEMA. E ainda é aberta ao público Qualquer um de vocês podem participar. Nas primeiras terças-feiras do mês, 9 horas da manhã, você pode chegar lá. Você não como membro do COMPUR mas como cidadão de Pirapora, pode participar. E pode inclusive pedir a palavra. Então só pra dizer que o que nós queríamos, processo de governança da cidade, é que a cidade não seja gerida única e exclusivamente pelo prefeito e os secretários e pela Câmara de Vereadores. Precisamos da participação da população. Então isso é fundamental. Acho que o fato de o Plano Diretor trazer isso para Pirapora, já é um avanço. Nós tivemos hoje, por exemplo, pessoas que não compõem o conselho, mas que foram lá participar. E colocaram questões importantes. Isso é a transparência. Isso é preocupação com a cidade que eu vivo, que eu moro. Então eu acho que esse é um legado que o Plano Diretor. É um legado que deixa. Então a gente tem avançado muita coisa, muita discussão. Todo mundo aqui vai ter direito de fala. Se todo mundo quiser falar, nós podemos sair daqui meia-noite, mas todo mundo tem direito de fala. Nosso papel é esse. Depois vira uma ata que registra todas as falas. Esse é um processo. Isso tem que ficar nos anais da história de Pirapora, registrado. O nome de vocês, aparece lá. Quem entrar no site, vai ver lá. A cópia digital da lista de presença. Todo mundo está fiscalizando isso de alguma maneira. Com essa transparência que estamos agindo. Deixo aqui o reconhecimento público que o executivo municipal não tem feito nenhum tipo de interferência no processo e a Câmara de vereadores. Nós somos tradutores, traduzimos as deliberações apresentadas por todos vocês. Então é nesse ponto, nessa perspectiva que eu apresento para vocês o que que vai ser a pauta nossa hoje, né? Mostrar o que foi mais discutido na última audiência, através da nuvem de palavras. E trazer para a deliberação maior, que a do zoneamento urbano. Esse zoneamento é a síntese do Plano Diretor. A lei 10.257, o Estatuto da Cidades, um avanço que nós conseguimos. Os artigos da Constituição Brasileira avançaram muito no direito urbanístico. Essa é a lei que propõem o Plano Diretor para todas as cidades, para todos os municípios com mais de 20 mil habitantes. Por isso é importantíssimo a população dizer para onde a cidade deve crescer, como que ela deve crescer, o que a prioridade nesse processo de crescimento? Então foi isso que a tentou traduzir. Por isso nós usamos uma linguagem para traduzir as demandas que vocês colocaram na última audiência. Uma nuvem de palavras, pelo tamanho, quanto maior a palavra, mais ela foi falada na audiência e em consequência mais presente na ata. Então de fato, o que mais aparece é em relação aos loteamentos, a população. O que também aparece muito é a questão do tráfego até o Distrito Industrial. Então se nós pegarmos a questão do crescimento, foi uma das primeiras temáticas para quem participou da primeira audiência lá na OAB. A pergunta norteadora foi para onde Pirapora deve crescer? Como deve ser um

crescimento de Pirapora? E é isso que nós vamos fazer nessa última audiência, deliberar o que foi discutida. Nós, nós vamos voltar atrás no que foi discutido nas últimas. O ponto maior é que nós não queremos que Pirapora crescer de forma espraiada e para as periferias. A prioridade de Pirapora é ocupar os espaços vazios. Ter uma cidade mais limpa, mais compacta. E aí fica aqui meu registro, na condição de um sonhador; de termos uma cidade sustentável. Quanto mais compacta a cidade, menor o custo e infraestrutura. Quanto menor o impacto, maior qualidade que se espera. Em relação ao crescimento urbano, para onde deve crescer? Foi apontado vetor de crescimento para a região norte, em direção à BR 365, em direção a Montes Claros, entre o Rio e a rodovia. Esse é a direção de crescimento. Em relação a infraestrutura, o problema recorrente de Pirapora, a drenagem urbana. É devido ao problema de drenagem urbana que nós temos um problema de inundação. O rio em período de cheia ocupa as áreas mais baixas. O que não deveria, porque o código Florestal nosso, compreende as áreas de preservação permanente. Mas foi ocupada. Então, nós temos que cuidar de alguma forma disso. E tem as áreas de alagamento, as áreas que não é que o Rio transborda a água, mas são áreas que acumulam água quando chove. Nós fizemos o mapeamento e buscamos dados no SAAE para identificar essas áreas. E a partir pensar no zoneamento. A necessidade da criação de parques urbanos. É inadmissível uma cidade como Pirapora, não ter um parque urbano. Então é algo a gente pensar. Como nós não temos um parque urbano e enfrentamos episódios frequentes de alagamento e inundação. Aí vem a ONU, com os organismos dela, criaram as ODS, objetivos de desenvolvimento sustentável. Você tem que usar os modelos de cidades esponjas. Então tudo isso foi de alguma forma compilado. Depois, nós passamos no processo de expansão. Nós temos que definir as zonas especiais de interesse social. Nós não podemos deixar a cidade crescer controlada pelo interesse dos loteadores. Então nós temos que ter a área de solo urbano que seja blindado da especulação imobiliária. Então tem que ter instrumentos para prever isso. Para isso, você tem que prever áreas que ela interesse ambiental e que o parcelamento nessas áreas tem que ter diretrizes especiais. Isso é um modelo que o Brasil usa. As cidades brasileiras em grande parte adotam. Se eu tenho uma área que ela tem o risco de inundação, de alagamento, de movimento de massa, de algum tipo de contaminação, de preservação de recurso hídrico, uma área de manancial para abastecimento de água para consumo humano. Essa área tem que ser tratada com uma área de interesse especial. Tem que ser uma área de interesse ambiental ou de resiliência ambiental. Ou seja, que eu tenho que adaptar àquela área para necessidade ambiental. Não posso chegar lá e colocar lotes de 150 metros, que todo mundo vai morar de forma apertada e desmatada e deixar somente 10% de área verde. Então também é um ponto. Então, essas questões foram levantadas, foram discutidas nas audiências e nós tentamos traduzir isso para efeito de mapa. Entra necessariamente na questão da sustentabilidade, eu tenho que fazer a ocupação ordenada, pensando na perspectiva da sustentabilidade. A indústria, Pirapora é o segundo pico industrial do Norte de Minas. O Norte de Minas, que é uma região que tem hoje, não mais o que a gente estudou lá nas aulas de Geografia, de economia, a base econômica do Norte de Minas é o setor primário a agropecuária. Não, hoje principal empregador e gerador da economia do Norte de Minas é o serviço público, o repasse da administração pública. Isso mostra o quanto nós dependemos das instâncias estatais. E depois, naturalmente, as economias do setor primário. São vários municípios com polos industriais, Pirapora está entre eles, Bocaiuva, Capitão Enéas e Várzea da Palma. Então poucas cidades. Parte do Distrito Industrial já está saturado, pelas análises que fizemos. Onde que ele mostra? Qual a solução que foi apontada por vocês? Áreas mais afastadas, condicionantes para implantação de novas indústrias que virão. Criação de Parques Tecnológicos para os empreendimentos velhos. Então é isso que tentamos sintetizar. E

gestão dos resíduos, né? Limpeza Urbana, a questão do Rio São Francisco. E outro problema de destaque são as unidades fotovoltaicas. De novo, Pirapora no contexto do Norte de Minas Gerais também se destaca, junto com Janaúba e Jaíba, tem uma grande concentração das unidades fotovoltaicas. A diferença é que em Janaúba e Jaíba, as unidades fotovoltaicas foram instaladas distantes da área urbana, distante de onde as pessoas moram. Já aqui está muito próximo, e isso tem trazido problemas. Problemas do ponto de vista do efeito borda. As Placas têm calor, armazenam isso e transborda, para o entorno das placas. Se a moradia é perto dessas placas, isso vai impactar os moradores da cidade, uma cidade que já é naturalmente quente, esse efeito da temperatura é degradante. Além disso, toda essa área ocupada, foi ocupada em área de declive. Então, naturalmente, toda água que cai aqui, vai correr para o rio. Ao correr para o rio, ela vai por dentro da cidade, causando os problemas inundação e alagamento, que Pirapora vive. Essas são as preocupações que temos em relação a essas unidades fotovoltaicas. Para implantação dessas unidades precisa está previsto um plano de drenagem. Pirapora tem problema de drenagem e os loteadores não fazem o estudo da drenagem. Não possuem um plano de drenagem de onde ele vai colocar esse empreendimento. Dentro dessa ideia, avançamos um pouco, temos o parcelamento. O parcelamento mínimo previsto são 180m², foi deliberado e aprovado isso em audiência. Sendo que a testada, a frente do lote, com no mínimo de 6 metros. Mas o porquê disso Marcos? O loteador poderia lançar um lote com 125m². Mas quando você tem um lote pequeno, você cria um problema também. Não só no adensamento, mas também para os moradores, de circulação de ar dentro do lote. Isso foi debatido com grandes especialistas, funcionários públicos com 40 anos de experiência. Vamos, nesse sentido, o parcelamento mínimo com diretrizes. Lote de 180 m² com 6 metros de fachada. Outro exemplo, é a área do aeroporto velho, que seja área seja cedida para a prefeitura ou para a polícia. Mas que essa área possa seja ocupada, que tenha algum uso. Também uma das diretrizes do Plano Diretor. Outro problema que ocorreu grandes debates foi o código de posturas. O problema é, o código de posturas está ótimo, o problema é que para apreender a mercadoria a prefeitura precisa guardar esse material. Vamos colocar onde? Não tem local para destinar. Precisamos de uma solução para esse problema. E aí, meus prezados, meus prezados, nós chegamos nisso. A última audiência nós apresentamos, algumas ponderações foram apresentadas, nós ajustamos de acordo com aquilo que vocês definiram. O industrial. Os caminhões para chegar no Distrito Industrial, precisam passar pelo centro da cidade. Problema grande de mobilidade urbana, sem contar o transtorno. O custo disso com pavimentação asfáltica. É uma situação que a gente não entende. Como que nós temos uma rodovia muito próxima do Distrito Industrial e não tem uma ligação direta. Inclusive já uma área utilizada, lá no local tem mais ou menos o caminho, porém não é asfaltada. Então, a proposta é que se crie um acesso ao Distrito Industrial, para tirar esse fluxo de caminhões pesados de dentro da cidade. Então isso também no plano diretor. Só para esclarecer, o Plano Diretor, ele é um plano de diretrizes. O que significa isso? Significa que o que for colocado no documento, o executivo municipal vai encaminhar para o núcleo gestor, o COMPUR. Então, depois será encaminhado para a Câmara. Lá na Câmara Municipal de Vereadores, o texto será analisado. Pode passar por alterações, esse texto. Depois, ele aprovado se torna uma lei do Plano Diretor. Por isso que é um plano para desenvolver as diretrizes. Diretrizes não são leis, são recomendações a serem seguidas. Só que quando são aprovadas essas diretrizes, os vereadores que querem propor uma lei que interfira nas diretrizes que constam no Plano Diretor, ele precisa pincelar as recomendações que constam no Plano Diretor. Exemplo, Antônio Marcelo, quer propor a criação de um parque. Espera aí. Acho que fiquei com o plano diretor, falou de parque urbano? Possui áreas mais indicadas?

Tem risco de alagamento? Alguma coisa sobre susceptibilidade a inundação? Pronto. O vereador vai escrever o seu projeto de lei baseado na lei do Plano Diretor, na diretriz do Plano Diretor. Então vai ter conformidade com o Plano Diretor e vai para a votação. Caso ele não faça dessa forma. Algum colega pode questionar. Não, mas isso é inconstitucional. Porque não está em conformidade com o Plano Diretor. Então vocês precisam cobrar dos vereadores que sigam o que está descrito no Plano Diretor, o que foi decidido pela população, por vocês. Outra diretriz do Plano Diretor é a criação de um novo Distrito Industrial uma vez que não há capacidade do atual Distrito Industrial receber novas empresas. Outra área que foi pensada é um distrito industrial para empreendimentos pequenos e de baixa impacto. Um avanço construído por vocês aqui nas audiências. Nessa área é marrom e amarela, adensamento prioritário, para que essas áreas sejam ocupadas. Mas após a ocupação dessas áreas vazias, o vetor norte estará disponível. Respeitando a área das Lagoas marginais da própria APP do Rio São Francisco. Para não ter nessas áreas novas, o problema de inundação. Então essa foi outra deliberação apresentada nas audiências e nas reuniões do COMPUR. As áreas das unidades fotovoltaicas já foram definidas. Sendo criadas novas unidades, a proposta é que sejam instaladas após o Distrito Industrial 2. Essa nova área é do outro lado do rio, então a água corre para o outro lado. Assim não terá esse problema de inundação e alagamento. Em relação a essas áreas em verde, serão área de interesse ambiental, para a criação de parques e proteção ambiental. O loteador precisa deixar 10% de área protegida e demarcada para área verde. Porém nessas áreas de interesse ambiental, terá que deixar 25% para área verde. Tendo em vista que são áreas que precisam ser protegidas, pois são áreas que possuem histórico de alagamento e inundação. A coisa mais eficiente para resolver problema de inundação e alagamento é a proteção da vegetação. Esse é um ponto que avança demais na proteção dessas áreas. Então com isso, criamos várias diretrizes para o Plano Diretor. Outra coisa é a vocação turística de Pirapora. A área da Orla, a área do vapor até a ponte Marechal Hermes tem a proposta de se tornar uma área de interesse turístico, cultural e recreativa. Então é preciso ressaltar essa vocação turística que a cidade de Pirapora tem. Então finalizando a minha fala, vamos entrar na parte mais importante da audiência pública, que é ouvir vocês. O que ainda podemos avançar? O que podemos contribuir para uma cidade melhor. Nossa equipe vai organizar as inscrições para as falas. Só levantar a mão que nossa equipe vai até você para anotar seu nome. Está aberta a palavra para quem quiser participar”

O primeiro participante é Breno, servidor público “Boa noite, pessoal. Meu nome é Breno. Eu quero saber, na verdade queria dar uma dica, pois as vezes, eu acho que as audiências não são bem divulgadas. Eu fico sabendo por conta dos professores do IF, que mandam para gente. Porque eu sei que na audiência pública dentro da Câmara, nós desejamos vereadores para nos representar, mas é a população estando lá também é uma força, uma potência. Eu gostei muito do plano. Parabéns pelo trabalho de todos. Então, assim, é mais uma recomendação mesmo, que tenha pouco mais diversidade. Que a população esteja mais presente. Ter a associação de bairros, ONG’s, coletivos. Porque todo mundo tem que estar presente, porque só delegar aos representantes do legislativo. Então é isso pessoal. Parabéns a todos. Boa noite”.

Marcos retoma a palavra “Então é isso. É muito importante a participação da população. Estamos tentando divulgar. Através das redes sociais, rádios, Peixe Piraporense. Antônio Marcelo está aqui hoje, então ele vai levar essa situação para os vereadores. **O segundo participante é Arlem, Professor do IFNMG,** “Boa noite a todos. Meu nome é Arlem. Eu não sei se está enquadrando no Plano Diretor, mas é só uma sugestão. O que liga a rodovia ao Distrito Industrial, se não estou enganado é aquela avenida Jefferson Gitirana, não sou daqui. Mas só uma sugestão, teria possibilidade, por exemplo, uma via que leve a rodovia ao setor industrial,

sem passar dentro da cidade? Porque eu moro ali na Jefferson Gitirana, e passa muitos caminhões ali. O asfalto não dá conta. É ruim ali tanto para quem mora e quanto para quem transita com carros pequenos. Então eu gostaria de verificar se tem a possibilidade, de construir uma via que ligue o Distrito Industrial a rodovia. Essa é minha opinião. Boa noite a todos”. Marcos retoma a palavra e responde ao participante Arlem. “Gente, já foi contemplado isso no Plano Diretor. Essa demanda apareceu muito nas audiências. O estudo que nós fizemos, já tem um caminho de terra, que vai sair diretamente na rodovia. Então o trânsito de caminhões não vai passar dentro da cidade. Então esse ponto já foi contemplado também. O ponto que nós colocamos é exatamente essa linha amarela, ligando à rodovia. Passando ao lado de onde tem as placas, ligando ao distrito. Então tira o fluxo de caminhões dentro da cidade”. O terceiro participante é Breno, professor do IFNMG, “Boa noite a todos. Marcos, parabéns pela apresentação. Está falando ali da questão do crescimento para o vetor norte da cidade, né? Acompanhando ali a BR 365 e a margem do Rio São Francisco, na margem esquerda. Eu que Pirapora tem um problema de alagamento. Estamos acompanhando, temos um mapa de alagamento. E agora estamos fazendo um de inundação. Hoje já conseguimos fazer simulações de inundação, através de chuvas históricas que já aconteceram. Porque lá no Rio Grande do Sul ninguém imaginou que aquilo poderia acontecer, na magnitude que aconteceu. Então se pode acontecer lá, pode acontecer aqui também. Já que estamos pensando em crescer para a zona norte, eu não sei se está contemplando isso. Mas nós temos as leis da Defesa Civil que falam que os municípios precisam manter atualizado os mapas geodésicos e mapas de riscos de inundação. O que o plano diretor pode pensar junto com o executivo e o legislativo para esse planejamento. E se tem algum órgão na prefeitura, por exemplo, que está junto com a Unimontes e o IFNMG para pensar sobre isso. Tudo bem, nós vamos crescer para o vetor norte. Mas daqui 15 anos, se acontecer uma chuva histórica, igual já ocorreu antes. Vai atingir esses loteamentos que serão construídos. Acho que temos que pensar nesse sentido”. Marcos responde ao Breno “Breno, nosso parceiro do IFNMG. A previsão nossa, como eu disse, o plano diretor faz uma recomendação e os vereadores e o executivo transforma essas recomendações em lei. A ideia é propor que o município crie um plano municipal de defesa civil. Por que que se tem que criar isso? Porque temos o risco de alagamento e inundação. Tem que realocar pessoas. Então não posso deixar o problema acontecer para agir. Nós temos que ter as soluções para isso. Então tem que ter uma sala de situação, tem que ter uma movimentação. A uma ideia para isso. Outra ideia, junto com a Secretaria de Planejamento é a inteligência geográfica, exatamente para isso. Todos os vários empreendedores chegam numa área. Quer fazer um loteamento? Espera aí, mas qual tipo geológico dessa área? Qual tipo de solo dessa área? É passível de determinada construção? Montes Claros abalo sísmico. Montes Claros tem prédio com risco de cair. Não podemos deixar isso. Por isso temos que ter informação. É o papel do município disponibilizar. Então essa é a ideia. Por isso a importância da cobrança dos parceiros e da população, para que isso aconteça. As vezes o executivo não tem técnico para isso, mas as outras instituições têm, e com qualidade, está ao lado. Então é esse o caminho, somar esforços”. O quarto participante é Antônio Marcelo, Vereador de Pirapora, “Obrigado, Marcos. Dentro do Breno falou também. Na última audiência nós falamos, sobre o que nós entendíamos como objetivo do restabelecimento cursos naturais das águas de Pirapora. Que era a drenagem e a implantação de parques urbanos. Isso vai bem, dentro dessa lógica que foi proposta aqui pelo colega. Voltando à última audiência, nós tratamos conversando com a amiga, que também sobre a questão da mobilidade urbana. Foi dito aqui sobre a questão do transporte de cargas pesadas, a gente tirar o fluxo de dentro da cidade, com aquela estrada vicinal existente na BR, com acesso à BR

365. Nós pontuamos também, que os veículos de cargas pesadas que atendem o comércio. Foi até colocado uma situação de estabelecimento e de horários, né? Mas aqui em uma conversa informou, há uma necessidade de propor um plano de acessibilidade urbana. Aí vem a pergunta, é questionável a partir do poder executivo? Ou precisamos discutir leis para esse plano de mobilidade?”. O **professor Narciso responde** “À questão do plano de mobilidade, ele obriga todos os municípios acima de 20 mil habitantes, a criarem diretrizes para a mobilidade urbana e melhorar da qualidade de descolamento de pessoas e cargas. Houve uma alteração de leis de mobilidade e esses municípios com mais de 20 mil habitantes, tem 2026 para estabelecer diretrizes aí você falou. Relativo a transporte público”. O **quinto participante é Eduardo**, advogado e coordenador do curso de Direito da FUNAM, “Boa noite a todos. Eu sou Eduardo, coordenador do curso de direito da FUNAM, sou advogado, e tive o privilégio de ser orientando no mestrado, pelo professor Marcos. Lá na Unimontes fazendo uma discussão muito vasta também sobre o plano diretor e como importante instrumento de política urbana, como o Marcos falou. O plano diretor é uma lei constitucional, né? Como parte da constituição. Então, por mais que às vezes possa parecer um pouco utópico. Porque o documento que você veio aqui, as respostas frustrantes como você colocaram, ele vai ser um ponto de partida para Pirapora que vocês querem futuro. Então essas críticas querem se todo a todo momento nós fazemos, né? Sobre a cidade nós moramos, a gente tem que pensar que é uma luta, trazer isso para plano diretor para que daqui 10, 15, 20 e 30 Anos, esses problemas já estejam, pelo menos, quem sabe, debatidos. Só fiquei com uma dúvida, com relato de uma pessoa do direito imobiliário, vocês deliberam para que os lotes tenham o tamanho mínimo de 180 m². Foi realidade que nós também tivemos em Montes Claros. Os lotes lá tinham o tamanho mínimo de 120m² e passou para 180 m². E Pirapora assim como todas as cidades da região, tem uma alta irregularidade documental. Eu falo que eu sou orientador de estágio aqui na FUNAM, e a gente recebe, principalmente nos bairros mais afastados, as pessoas diariamente com problemas nos seus imóveis, e as só possuem contrato de compra e venda. Elas parcelam irregularmente, elas vendem irregularmente, somente com o contrato de compra e venda. Mas essa questão dos lotes de 180 m² aqui em Pirapora, traz alguns problemas. Porque as pessoas parcelam de forma irregular, em 120, 150 e 160. Até que elas se adaptam a essa nova medida de lotes, vai demorar um pouco. É claro que os novos loteadores vão se adequar a essas novas medidas de no mínimo 6 de testada, o lote de 180 m². Mas uma pergunta que eu faço é se vocês pensaram no marco temporal para isso? Como é que foi essa discussão, se vai ser realmente assim? A exemplo, já tem parcelado? Hoje já entra nele. Antes de continuarem problema, né? Só para saber se foi pensado nisso. A comissão debati sobre? No mais, muito obrigado pela oportunidade, e eu espero que os alunos da FUNAM que vieram hoje aprendam muito. Boa noite”. **Marcos responde ao Eduardo** “De fato, foi discutido exatamente isso. Porque o Plano Diretor não tem proposito nenhum de trazer algo para prejudicar a população. A provocação que se quer com o Plano Diretor é exatamente o que estamos fazendo aqui, essa capacidade de discutir problemas da cidade. O que Junior tem feito no programa de rádio. O que deu início na prefeitura, que está em análise, precisa está contemplado no Plano. E é claro que precisamos colocar essas novas diretrizes daqui para frente. E que junto ao executivo ocorre esse movimento de regulamentação fundiária”. A **sexta participante é Patrícia**, professora do IFNMG e FUNAM, “Eduardo, parece que você adivinhou. Estávamos discutindo sobre isso hoje lá no IFNMG. Cinco metros a gente tem que ter 1 metro de distância, então nós chegamos a conclusão lá na reunião, que 5 metros é muito pouco. Ou eu construo na divisa, mas não posso colocar janela nenhuma, porque é proibido por lei. Até cometei sobre um prédio em cima da farmácia, que todas as janelas do segundo andar estão viradas para

os vizinhos. E se o lote do vizinho for à venda e o comprador fizer um prédio lá. Olha que confusão que é. Porque foi aprovado na prefeitura aquele prédio. Então aí nós partimos desse princípio de que 5 m estava pouco demais, tinha que ser pelo menos 6, porque eu tenho que ter uma distância de 1 m e meio e o outro lado pode ser divisa sem janelas. Vou aproveitar e vou cumprimentar meu amigo Marcelo. Marcelo, eu publico nas redes sociais, sou chata, inclusive eu te marquei. O código de posturas não ser cumprido é uma vergonha para gente. Falaram sobre os topa-tudo. Mas é uma vergonha hoje nós termos a praça principal de Pirapora a mais feia. Onde tem o quiosque físico, como se fosse propriedade particular. E ainda está sendo aquele outro que está crescendo cada vez mais em frente ao INSS. Queria saber por que ninguém toma providência? Porque no código de postura está escrito que não pode. E isso sem falar dos topa-tudo. É uma vergonha. Abriu em frente ao SICOOB, naquela quina, uma lanchonete, que cercou e colocou muitas mesas na calçada e além da rua, ocupando o estacionamento. O executivo e os vereadores precisam tomar uma providência, porque isso é uma vergonha. Porque é público e não privado. A praça hoje chama Clarice e até hoje a prefeitura não consertou. O turista chega na praça Cariris e ver Melo Viana. Então eu peço que a prefeitura tome uma atitude. Nas outras audiências você não estava, porque a gente já discutiu sobre isso. Te peço encarecidamente para tomar uma providência. Obrigada”. O sétimo participante é **Ronaldo**, Secretário da Prefeitura de Buritizeiro, “Boa noite, meu nome é Ronaldo. Primeiro eu quero parabenizar meu amigo Dr. Hélio. Parabéns, meu amigo pela coragem, de realizar essas tarefas e promover essa discussão. A Minha pergunta, é o seguinte, nós sabemos bem que o plano é obrigatório para cidades acima de 20 mil habitantes desde 2001. Estou secretário de Buritizeiro e nós vamos fazer essa discussão lá também. Então estou aqui para aprender. E minha pergunta vai nesse sentido. Nós vamos provocar isso e discutir esses seguimentos, elaborar, propor e aprovar. O passo a passo, depois virão a necessidade dos códigos em sintonia com essas diretrizes. O senhor conhece algum órgão que faz esses assessoramentos, que possa colaborar com a cidade de Buritizeiro? Tem algum instituto? Enfim, alguma assessoria que pode colaborar tanto no momento de traçar essas diretrizes do plano diretor. Tanto na elaboração da legislação dos órgãos”. **Marcos responde ao Ronaldo** “Secretário, o papel das instituições e a maneira imparcial que as instituições se envolvem e participam. Então na Universidade Estadual de Montes Claros a gente responsabiliza com o Norte de Minas Gerais. Nossa, nós temos aqui. Pirapora, um campus da Unimontes passando por uma situação degradante. Já tivemos uma área de destaque aqui dentro de destaque, próximo ao Distrito Industrial. O que eu aprendi que ficar só teorizando dentro da universidade é insuficiente para a mudança de fato. Teorização, que é o muro da universidade. Então a gente precisa se apresentar de forma corajosa. Tentar fazer essas parcerias. Então nós tivemos em 2016 uma articulação para que fosse proposto uma revisão do plano diretor de Montes Claros. Que já tinha 15 anos que não era atualizado, e um modelo que era uma clara cópia do Plano Diretor de Belo Horizonte. E Montes Claros só fez para cumprir a legislação. Então em 2016 a Unimontes, juntamente com as instituições privadas, coordenamos esse projeto. Juntamente com nossa equipe, de maneira infinitamente mais barata. Normalmente eram contratadas empresas de fora, que chegam com um modelo pronto e que em seis meses entregam um plano diretor. Nós estamos no oitavo mês e não chegamos nem na parte de entrega do texto final. Porque temos um trabalho de escuta, envolvimento, de entender as necessidades da população. É um processo de aprendizado. Então eu sempre falo que os municípios precisam envolver as universidades nesse processo, por meio das fundações. Que faz um contrato com a prefeitura, através de dispensa de licitação. Não precisa de edital aberto, porque a fundação não tem fim lucrativo. Ela não está querendo ganhar dinheiro em cima do

plano. Nós precisamos muito dessa parceira para que os estudantes das universidades possam passar seus conhecimentos e aprender com as cidades, com a vida. Então é esse é meu sentimento. Então eu defendo muito o envolvimento das universidades, das fundações com as prefeituras. Mas estamos à disposição, o que precisar estamos aqui”.

A oitava participante é Ana Clara, estudante de Direito da FUNAM, “Boa noite, sou estudante de direito. Eu queria qual é o plano de vocês sobre o planejamento de pavimentação? A gente estava debatendo aqui no fundo, uma das principais ruas da cidade hoje, que é Avenida Brasil. Ela se encontra no pior estado possível. Não pode chover que lá aparece 10, 15, 20 buracos. Então, assim, é uma coisa importante a ser falada, porque Pirapora não está preparada para chuva. É só chover que é buraco em todo canto da cidade O centro então, pelo amor de Deus. Então assim, é uma coisa que precisa ser discutida. Porque está sendo feito e todos os anos aparecem mais buracos, quando chove aparecem mais ainda. A Avenida Brasil hoje, liga vários bairros da cidade ao centro. Então isso incomoda os moradores da rua, mas também toda a população que precisa passar por ali. É uma das principais vias da cidade. Então espero que tenham pensado nisso e que isso sirva como um alerta. Inclusive os vereadores que estão aqui, por favor prestem atenção nisso, porque isso está causando acidentes. Obrigada pela atenção”.

Marcos responde Ana Clara “Só para responder a Ana Clara. Obrigado pela pergunta. Na ideia dos novos loteamentos é essa mesmo. Só para deixar claro, o plano diretor contempla as diretrizes de como vão ser o novo parcelamento. O que já está, nós temos pouca ação, para criar uma nova normativa para isso. Então é de fato isso, vocês precisam de uma interlocução com a administração municipal. O plano diretor precisa prevê regras para os novos loteamentos porque essa infraestrutura não pode ficar por conta do município. Porque aí o loteador fica com a melhor parte, que é o lucro em cima do lote. Então toda essa infraestrutura precisa ser entregue pelo loteador”.

O nono participante é Wellerson, Secretário da Prefeitura de Buritizeiro, “Boa noite a todos. Não sei se isso foi discutido. A respeito dos lotes vagos na cidade. Muitas vezes as pessoas fazem a aquisição desses lotes para investimentos. E distante do centro estão as pessoas que moram realmente nesses lotes. Então acaba que o município gasta muito para levar infraestrutura para esses moradores que estão longe. Nós lá em Buritizeiro sofremos com isso. Por falta de um plano piloto. Lá nós temos bairro que você anda mais ou menos um km dentro do mato para chegar em outro bairro. E essa dificuldade que temos para administrar a cidade, impacta muito. Porque o investimento seria melhor se tivesse tudo perto. As pessoas não têm acesso à saúde, não tem acesso a bancos. Isso dificulta muito. Não sei se já foi uma pauta já discutida, mas se não tiver, é interessante a discussão sobre esses loteamentos vagos. Obrigado”.

Marcos responde Wellerson “As áreas que mostram adensamento prioritário 1 e 2 é exatamente isso. Todo lote que está ali e está desocupado, a gente incentivar a ocupação com diretrizes especiais. Uma delas vocês, instrumento previsto no Estatuto das Cidades é o IPTU progressivo no tempo. É um dos mecanismos que podemos usar. Tem que ter um pouco de cautela no uso disso, porque senão, daqui a pouco, porque nós vamos prejudicar aquela pessoa que juntou dinheiro e comprou um lote para construir daqui 10 anos e eu estou aqui inflando a dívida do cara, porque ele não construiu. Mas ele não constrói porque está especulando não. É porque ele está juntando dinheiro para construir. Essa é uma das diretrizes mais importantes que foi discutida no plano diretor. Nós queremos uma cidade mais compacta, com menos espaços vazios, mais ocupada”.

O décimo participante é o Adelson, Administrador “Meu nome é Adelson. Tive o privilégio de participar da audiência passada. Aí vem você dizer uma dúvida. O plano Diretor é propositivo e esse é um dos principais assuntos e eu sou nascido em Pirapora e já algum tempo em que eu moro, que os novos loteamentos não vêm com toda essa infraestrutura. O Plano Diretor ele pode prever para vetar

*loteamento que não cumpre essas diretrizes?”. Marcos responde para o Adelson “Bom, pode. Se nós aprovarmos a lei do plano diretor, e possui que uma área ali, uma diretriz especial, que ela tem, 25% de área verde, e o loteador não cumprir, o loteamento não passa. Porque o Plínio com a equipe dele, vai encaminhar o projeto dele para obras. O pessoal vai verificar se está em conformidade com a lei. Além de olhar a lei de uso, a lei de uso e ocupação do solo e de parcelamento. Ele vai voltar no que prever o plano diretor e vai voltar nisso. Esse mapa que a gente apresenta. Então é responsabilidade suas em propor e verificar as áreas que realmente alagam, por exemplo”. **O décimo primeiro participante é Ricardo**, estudante de engenharia do IFNMG, “Boa noite, nas últimas audiências que tivemos, eu percebi que se a gente tirar os estudantes que vieram aqui e tirar essas participações. A gente não vai ter 5 %da população de Pirapora para discutir o assunto importante. Então eu fiquei preocupado. Será que não está tendo uma negligência quanto a divulgação dessas audiências, pelo pessoal que está organizando. Será que não está abonando coisas que poucos tem interesse? A maioria da população está do lado de fora. Será que não está tendo o clube do bolinha ou da Luluzinha? Desculpa, mas é o que estou pensando. Eu participei de todas. A maioria do pessoal que participa. São um número pequeno da população em geral. É muito importante a participação dos estudantes. Mas é isso aí”. Marcos responde “Gente, legítimo. A questão vem lá de trás. A participação popular é baixa, vai abaixo de 5%. Nós estamos falando de uma população de 53 mil habitantes. Infelizmente, você pode pegar os diversos casos no Brasil. A participação nessas audiências é baixa. Montes Claros nós temos 414 mil habitantes e nós tínhamos um público menor que esse. Da mesma forma que aqui, só tinha um volume maior, quando nós professores levávamos nossos alunos, se não ficariam só os empreendedores para votar nos interesses deles. A divulgação, nós estamos fazendo da melhor forma. Em parceria com o executivo, todos os cards de divulgação. Nós temos uma equipe de mídia, a gente repassa para os secretários, para os funcionários da prefeitura. Tem uma equipe nossa que foi as escolas para a divulgação. Mas não tem como eu trazer a força. É um processo de sensibilização. É triste, essa sensação de angústia que você tem, eu também tenho. Mas eu me apego ao copo meio cheio, na perspectiva que o público que vem, vem por uma motivação, para o futuro da cidade. Em qualquer lugar que você sentar e ouvir quais são os problemas da cidade, eu aposto que serão esses que foram discutidos aqui nas audiências. Apesar de ser uma plateia muito pequena, é muito qualificada. E esse baixo público também está assim nas redes sociais. Imaginávamos que iriam ter vazios acessos no site mas também é pouco. Compartilho com você, está sendo pequena a participação”. **A décima segunda participante é Patrícia**, que volta a falar “Só para registrar, não é clube da Luluzinha ou do bolinha. Nós divulgamos muito, estou no COMPUR. A Carol não está aqui hoje, mas nós fomos em todas as salas da FUNAM, levamos formulários para todos os alunos. Na época o IF estava em greve. Todas as associações de bairros são convidadas. É por não vem mesmo, e depois reclama. Mas a divulgação eu vou defender o COMPUR porque a gente divulgou bastante, mas infelizmente tem interesse”. **A décima terceira participante é Vitória**, estudante de Direito da FUNAM, “Boa noite. Meu nome é Vitória, eu sou do quinto período de direito da FUNAM. É a minha pergunta, saindo dessa vertente de asfalto, que também acho que é extremamente importante. Em relação à educação básica, né? Não sei se vocês têm plano, algumas ideias, para fortalecer a importância e a questão de priorizar. Porque o próprio nome já diz, educação básica. É uma preocupação minha, eu queria saber quais são as propostas e as ideias para a educação básica?”. **Marcos responde** “Uma notícia que converge com o que a Vitória está colocando, no site nosso, na página eletrônica do plano diretor tem todos os mapas que fizemos de Pirapora. Um diagnóstico de Pirapora. Pirapora vai ser representado em*

Mapa, a editora da Unimontes vai lançar ainda esse ano o atlas de Pirapora. Um desses mapas está contemplado a distribuição das unidades escolares. Estamos esperando a divulgação dos micro dados do IBGE para verificar o número da população por bairros, número de estudantes e o número de escolas. Para verificar onde precisamos construir mais escolas, onde a demanda é maior”. Então a ideia do Plano Diretor é a espacialização dos dados para verificar o que precisamos, o que precisamos priorizar”.

O décimo quarto participante é Getúlio, estudante de Direito “Boa noite, meu nome é Getúlio, sou estudante de direito da FUNAM. O que eu observei nas discussões é a ocupação dos espaços vazios. Dentro disso, eu entendo que deve ocupar as áreas ali da Benjamin Constant, do aeroporto. Porém em Pirapora nós temos muitas casas abandonadas, principalmente nos bairros Santo Antônio, Nossa Senhora Aparecida. São de pessoas assim que tiveram vários filhos e que não tem condições de mexer com inventário. Então, dentro disso, dessas diretrizes teria como constar uma desburocratização, um projeto de várias entidades para ajudar essas pessoas. Porque assim a própria cidade ficaria mais bonita. Tem essa possibilidade?”. **Marcos responde** “Bom, nessa pegada, não é do plano diretor, mas a gente joga para o executivo. Uma parceria para ajudar no processo de regularização desses imóveis”. **A décima quinta participante é Amanda** “Boa noite, meu nome é Amanda e eu sou estudante de direito da. Bom, eu gostaria de saber se conter ou sobre a problemática das Placas solares, que já é um problema recorrente, né? E que afeta os moradores dos bairros ao redor, com o aumento do calor”. **Marcos responde** “Unidades fotovoltaicas, deliberação nas audiências, na atual área que estão localizadas hoje não podem ser implementado novos empreendimentos, porque gera impacto. Novas áreas podem ter concessões? Pode, porém nas áreas após o Distrito Industrial 2. O que é o problema do plano diretor não pode mudar o que está atualmente. Não podemos obrigar os que estão lá hoje a sair, pois ele tem um contrato e precisam ser cumpridos. Porém terá diretrizes para novos empreendimentos”. **O décimo sexto participante é o Derick**, estudante de Direito da FUNAM, “Boa noite, tenho uma pequena dúvida em relação ao saneamento básico na cidade de Pirapora. Qual que é o projeto? Qual que é o planejamento para está melhorando o saneamento básico? Usar como exemplo aqui, o Bom Jesus, que ele é visivelmente o esgoto da cidade correndo no meio das ruas. E o mais afetado é a própria população. Eu queria saber qual seria o plano e o planejamento para resolver esse problema”. **Marcos responde** “Foi contemplado dentro do COMPUR, é contemplado dentro do plano diretor. E há a diretriz para os novos loteamentos que o loteador precisa entregar a rede de esgoto e integrar com a rede do SAAE. Então o papel do executivo é penalizar os loteadores que não fizerem de acordo com as diretrizes do plano diretor” **a décima sétima participante é Danuza**, estudante de Geografia, “Meu nome é Danuza, eu sou estudante de Geografia da Unimontes. E um projeto que fizemos em uma escola que fizemos foi sobre o mapa afetivo com as crianças. E eles coloram no papel o que eles queriam no bairro deles. Então nós ficamos impactados e tudo que eles falaram, foi discutido aqui hoje. Então, assim a gente vê a realidade, né? Através dessas crianças, deseja, almeja, ter esse mês com as coisas que nós, porém eles demonstram de outra forma. Foi através desse mapa afetivo que conseguimos descobrir, né? O que que eles sentem falta no bairro. Quando chove, infelizmente várias famílias perdendo suas coisas. Então eu trago aqui hoje pra ver até as crianças têm essa necessidade de ter uma cidade melhor. Obrigada”. **O décimo oitavo participante é Adelson** “É interessante como as a contribuição e o volume de ideias evoluem o evento. Para aprovar um novo empreendimento em Várzea da Palma, a prefeitura obrigada que tenha uma árvore plantada na frente do imóvel. Achei interessante isso. Talvez fique até de sugestão”. **Alguém da plateia se manifesta informando** “Enquanto a arvore não for plantada, não

libera o alvará”. **A décima nona participante é Ana Clara**, estudante de Direito “*Boa noite, meu nome é Amanda. Eu queria colaborar com a seguinte demanda. Tenho uma casa no Sagrada Família, e estamos sendo prejudicados. Nós temos uma unidade fotovoltaica lá perto. E ressentimento foi feito um TCC por alunos do IF. E a tese defendida foi o seguinte, o impacto dessas placas são o calor intenso, as rachaduras, a questão do sol. Foi falado também da arborização de Pirapora e o bairro Sagrada Família é um dos mais arborizados, porém um dos bairros mais desvalorizados. Parece que moramos em uma zona rural, quase não tem comércio e para ir para padaria temos que atravessar uma lagoa. Só temos uma escola e uma creche, as crianças vão para escola na lama. Quando eu era pequena, a água das chuvas seguia seu curso natural, agora já chega nas calçadas. O esgoto fica a céu aberto. Minha pergunta é, nesse plano diretor tem uma humanização para os bairros que são mais afastados? O único acesso para o bairro é uma rotária, quando tem acidente, nós ficamos isolados. Está difícil morar lá. Acho que teria está previsto isso nesse plano diretor. O que esse plano diretor vai trazer de benefício?”*. **A vigésima participante Vânia**, estudante de Geografia, “*Boa noite, meu nome é Vânia, sou estudante de Geografia. Que planos a administração municipal tem para o aeroporto velho?”*. **Marcos responde** “*A união está doando essa área para a polícia, local para um parque tecnológico”*. **Patrícia complementa** “*Nós discutimos para lá ser um parque. Seria uma área verde. Lá é da união, então uma parte foi vendida, ao lado do IF. Mas ainda tem áreas disponíveis, as vezes a prefeitura consegue. O nosso sonho é que seja um parque”*. Plínio se manifesta e diz que já tem um pedido junto a união para que seja doado. **Um participante se manifesta sobre a situação do bairro Sagrada Família** “*Realmente a situação do bairro está ruim, gosto muito de morar lá, mas está impossível. Já tive que carregar minha mulher de cavalinha para sair do bairro. Uber não entra lá, já discuti com moto táxi que não quis me levar. Então se a gente está querendo expandir Pirapora se a gente tem um serie de problema agora, nos bairros. Precisamos resolver os problemas de dentro. Ali não foi um empreendimento, então como vamos resolver esse problema que não foi resolvido antes. Então é complicado, o plano diretor não precisa discutir os problemas internos primeiro. Esses moradores tinham que estar aqui demonstrando as dificuldades”*. **Patrícia se manifesta novamente** “*Ana, vou justificar, mas eu não sei e vai justificar. Vou explicar a situação dos bairros Sagrada Família e Bom Jesus. Quando me mudei para Pirapora, nós fomos morar na rua treze. Tivemos que atravessar a ponte de ferro com nossa mudança. O Bom Jesus e o Sagrada Família não era para existir. Porque naquela época não exigiu o que é previsto agora no plano diretor. Então para você fazer um loteamento agora, vai ter que ter 180m², água, luz, esgoto, drenagem e asfalto. Quando foi fazer a ponte nova, eles levantaram o asfalto. Antigamente ali alagava demais. Então assim, você estar perfeita em sua fala. Precisa humanizar. Outro lugar que está dando problema é o Alphaville, lá está cheio de mina de água, lá é cheio de córrego e hoje está cheio de asfalto. Vocês precisam criar uma associação, que sejam fortes e cobrem do poder. Esse erro foi lá atrás, com o plano diretor não tem jeito mais não. Aquela drenagem do Sagrada Família está ficando caríssima, por causa desses problemas. Você falou a palavra perfeita, humanizar os bairros que precisam. Uma hora sai, não desamina”*. **O vigésimo primeiro participante é Antônio Marcelo**, vereador de Pirapora “*Patrícia colocou perfeitamente. Isso não é ser chata, isso é exercer seu papel de cidadã. Agora se faz necessário também ressaltar que nenhum vereador ou servidor do legislativo pode fazer promessa. Ele é um fiscalizar. O vereador precisa ser cobrado, mas vamos fazer tudo que tiver no nosso alcance. Agradeço demais, toda vez que você me marcou em uma rede social, virou um requerimento. Continue, não pare não. Continuando o assunto do Sagrada Família, não é somente esse bairro. Nós temos Alphaville, Morada do Sol,*

Primavera e Residencial São Francisco foram feitos dentro de uma lagoa. Como diz o professor Marcos, não estamos aqui para pontar os erros do passado. Em relação ao meio ambiente, está na moda falar sobre meio ambiente, mas o maior número de requerimento na prefeitura é para supressão de árvores. A maioria da população quer a supressão de árvores. No código de postura é determinado que a casa 6 metros de testada tem que plantar uma árvore. Mas tem que ser uma árvore do nosso cerrado, precisa ter normas. Questão de acessibilidade, código de postura, os topa-tudo, colocam os móveis nas calçadas. Defendendo os servidores, quando eles vão fazer a fiscalização são ameaçados. Então a coesão tem que acontecer para termos uma cidade organizada". **O último participante Pedro**, engenheiro, *"Boa noite, não poderia deixar de falar, em relação as árvores e a testado dos lotes de 180m². Uma testada de 6m, um portão, uma garagem e uma árvore. Eu vou colocar essa árvore como? Eu ganho um salário-mínimo. Quem vai podar essa árvore? Quanto é uma caçamba de entulho? 200 reais. A motoserra mais mil reais. A árvore cai em cima de um carro de terceiros. Fica difícil. Quem vai comprar um lote de 180m é pessoa pobre. Então eu acho uma irresponsabilidade do poder público impor. Eu ponho a árvore lá, no outro dia eu arranco. A Bejanmin Constant fez uma propaganda, arborizando. Colocaram uns fiapos de paus de 3 metros de largura, e vou os vândalos arrancaram. Não dá nem dois metros de sombra. Eu não entendo de pau, mas vamos plantar umas árvores melhores. Boa noite, obrigado".* **Marcos responde** *"Claro que tem um plano de arborização, não é qualquer árvore que eu vou plantar. Por isso que tem que ser uma coisa organizada. Não dá para cada um fazer da sua cabeça. Falta esse conhecimento da população. Cabe ao poder público orientar nesse sentido. Então, estamos aqui próximo a duas horas e meia. Se tiver alguém tiver algum questionamento, essa é a hora. Se não tiver ninguém nós entendemos que há uma anuência do que foi discutido. Então aprovado as propostas, nós vamos condensar tudo na ata. Vai ser publicada no site. Estou à disposição. A quinta audiência foi essa, no entanto as discussões continuam no COMPUR, todas as primeiras terças-feiras do mês, às 9 da manhã, na praça da estação. Façam presente, participem, é aberta para todos. Então mais uma vez muito obrigado. Boa noite".* Assim encerra-se a quinta audiência pública da Revisão do Plano Diretor do Município de Pirapora-MG às vinte e uma horas e dezenove minutos (21h19min).

Registros Fotográficos



















	Nome Completo	Bairro
1	Armanda Martins Lourenço de Souza	Buitragina
2	Márcia Dalcida dos Santos (Braz)	(Buitragina)
3	Luciano Adriano de Farias Vilas	Novo Generaldo
4	Luana Aguiar de Souza	Cinqüentenário
5	Ednei Moraes Almeida	Cinqüentenário
6	Cleber Sidnei Soares	Industrial
7	Luís Eduardo de O. Santana	Industrial
8	Flávia dos Santos	Sagrado Família
9	Adilson de Souza	Cerro Passos
10	Samuel Cabete dos Reis	Cinqüentenário
11	Thiery Anson Antônio Rodrigues	Santos Dumont
12	Marcelo Gonçalves Braga	Santos Dumont
13	Angela Sofia Martins	Santo Antônio
14	Luiz Cláudio Duarte de Oliveira	CAU-MG
15	Patrícia Aparecida Costa - CREA	Bom Jesus
16	Marcelo Ferreira dos Santos Neto	Unimonte / Nova Lusa
17	Marcelo dos Santos Araújo	INDUSTRIAL
18	Arturo Marcelo de Oliveira	SANTOS DUMONT
19	Helio de Oliveira Mendonça Junior	Novo Puroso
20	Roberto Edgar de Oliveira SEPRO	Santos Dumont

LISTA DE PRESENÇA - AUDIÊNCIA PÚBLICA
19 DE FEVEREIRO DE 2025

	Nome Completo	Bairro
21	Gabriel da Luz Pereira	Santa Dumont
22	Walter Leonardo Rodrigues de Lima	São João
23	João Henrique R. S. C. Gomes	Santa Antônia
24	Simanda Barbosa de Souza	Conquistador
25	Juliana Ribeiro Gomes	Não João
26	Thamir Gabriel P. Rocio Passero	Sagrada Família
27	Samyra Juliana Fleus Encarnação	Bunitzeiro - MG
28	Ausara S. Farias	Santo Antônio
29	Ematheus Pereira Amato	Bunitzeiro - MG
30	Ricardo Correa da Mata	Sagrada Família
31	Breno Monteiro dos	Nova Pádua
32	Camila Luana Leal da Cunha	Nova do Estreito
33	Van Moreira Torres	Santo Antônio
34	Talita Nova	Santo Antônio
35	Rolph José Neves dos Santos	Santo Antônio
36	Julia Rapela Moreira Silva	Industrial
37	Thais Galvany Vales Ferreira	Industrial
38	Lyellington Lopes da Rocha	Ultras Passos
39	Ilmar André Mendonça de Aguiar	Industrial
40	Adne Carolina Saldanha de Carvalho	Cicero Passos

	Nome Completo	Bairro
41	Walquira Francieli Janga Nascimento	
42	LISA Jany Ribeiro Figueiredo Neves M. Clara	Barcelona
43	Maria Eduarda Carvalho de Aguiar	
44	Gabrielle Nunes Damasio	
45	Adrielle Pomar O. Souza	
46	Julia Pontas Costa	Santo Antônio
47	Anna Clara Rocha Ferreira	Santo Antônio
48	Yane Xian Vikyoti Rocha Costino	Cruzeiro Passos
49	Tereza Cristina dos Santos Ferreira	Centro
50	David Fabrício de Souza G. da Silva	Nossa S. de Fátima
51	Mary Eduarda Benito Ramos	Santos Dumont
52	Vitorio Fernando Vaccaro de Lima	Industrial
53	Paloma Souza dos Santos	Shelkimi
54	Marcos Eduardo Gomes de Souza	-
55	Letícia Emanuelle Franzen Kayell	-
56	Marcela Pantano Neto	Cidade Jardim
57	Ana Clara Franca Damasio	Vizcaya da Palma
58	Alison Ribeiro de Oliveira Fagundes	Nova Pirapora
59	Breno Henrique Valaduzzi	Apresentar
60		

LISTA DE PRESENÇA - AUDIÊNCIA PÚBLICA
19 DE FEVEREIRO DE 2025

	Nome Completo	Bairro
61	Ann Carolina Agapito Pereira Torres	Buritizinha - MG
62	Eduardo Vinicius Pereira Barbosa	Montes Claros - MG
63	Yago Thiago Ribeiro	Paradeópolis
64	Juliana Gabriel dos Santos	Buritizinha - MG
65	HERVAL MARTINS JUNIOR	NOVA PIRAPORA
66	Allete Victoria Bon da Silva	Nossa Senhora do Rosário
67	Ronaldito Fernandes Branco	Sto Antônio
68	Maqueli Gole De Fernandes Branco	Sto Antônio
69	Amanda Gonçalves Pereira Ribeiro	Cicero Passos
70	Gabriela Pereira Ribeiro	Cicero Passos
71	Pattik Junior P. da Rocha	Buritizinha
72	William Alves Barbosa S. Pamplona	Buritizinha/MG
73	Antônio Celso C. Duarte	Cicero Passos
74	Thy Fabry Pereira dos Santos	Santo Antônio
75	Caetano Magalhães Gomes	Santo Antônio
76	Edmundo Cristóvão Almeida da Silva	Centro
77	Kathelyn Vitória Soares Nogueira	Nova Piraçara
78	Renan Vinicius Oscar da Silva Alves	Buritizinha MG
79	Elas Márcia Almeida	São João
80	SANTAGO CONCEIÇÃO AMARAL	Uruaçu

LISTA DE PRESEÇA - AUDIÊNCIA PÚBLICA
19 DE FEVEREIRO DE 2025



	Nome Completo	Bairro
81	Jhonatan Ryan dos Santos Feteiro	São João Batista
82	Raquel Zaine Soares da Fonseca	São Geraldo
83	Livia Gabrieli de Jesus de Oliveira	
84	Daniela Fernandes Silva	Aponecida
85	Welson Alves Pereira	Buitizinho/São Francisco
86	Elaine Guimarães de Aguiar	Squadra Família
87	Raimunda Aparecida dos Santos	São João Batista
88	Soraia Lúcia Magalhães da Silva	CENTRO
89	Daniel Augusto Silva Queiroz	Sagrada Família
90	Lorrany Oliveira Batista	Comunidade Pernambuco
91	Marcella Eduarda Leite Braga	
92	Tatiana de Paula Santos	São Geraldo
93	Allen Augusto Rial	Cidade Passos
94	André Marques Vieira	Nossa Senhora do Rosário
95	Ramon Leites de Souza Batista	Nova Piraípora
96	Jasmym Xavier da Silva Correia	Industrial
97	Maisa Cartim de Moura Correia Cristófolo	Industrial
98	Laura Raphaela Lima Falcão	São João
99	Kelly Kathellen Gomes dos Santos	Cidade Jardim
100	Maurício Coronel de Oliveira	Cidade Passos

LISTA DE PRESEÇA - AUDIÊNCIA PÚBLICA
19 DE FEVEREIRO DE 2025

	Nome Completo	Bairro
101	Josiana Emmanuelly Gomes Rodrigues	Santo Antônio
102	Arnoldo Herberth Neves Maciel	Cicero Passos
103	Sueli Aparecida Araújo Almeida	
104	Maria Paula de A. Santos	Santo Antônio
105	Zamira Leias de Souza	Santos Dumont
106	Jana Jorgine Batista Moreira	
107	Leirik Eduardo Nascimento Rocha	
108	Isabella de Oliveira Santos	Cidade Jardim
109	Nathália Evelyn Santos Silva	Cidade Jardim
110	Suelly Maria Perla Marques	Santo Antônio
111	Luiz Gustavo de Rezende Ferreira	
112	Paulo Antônio R. Lima Neto	
113	Emerson Rodrigues Cruz	São João
114	Victor Coimbra	Boa Jesus
115	Marcelly Maria Lima Falcão Galvão	Santo Antônio
116	Carolina Santos de Oliveira	Santo Antônio
117	Monica Elisara Alves	Montes Claros
118		
119		
120		